

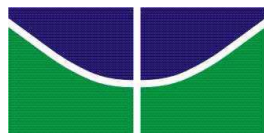
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA EM COMUNIDADES RURAIS DO
DISTRITO FEDERAL UTILIZANDO O IDCR.**

CÁSSIA GABRIELLE DE QUEIROZ RORIZ

MONOGRAFIA DO CURSO DE AGRONOMIA

**BRASÍLIA/DF
DEZEMBRO/2011**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM
COMUNIDADES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL UTILIZANDO O IDCR.**

CÁSSIA GABRIELLE DE QUEIROZ RORIZ

**ORIENTADORA: ANA MARIA RESENDE JUNQUEIRA
CO-ORIENTADORA: JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ**

MONOGRAFIA DO CURSO DE AGRONOMIA

**BRASÍLIA/DF
DEZEMBRO/2011**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

RORIZ, C. G. Q. **Análise comparativa do nível de Produção Agroecológica em comunidades rurais do Distrito Federal utilizando o IDCR.** Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2011, 43 p. Monografia.

Documento formal, autorizando reprodução desta monografia para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor a Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretária da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. O autor reserva para os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Roriz, Cássia Gabrielle de Queiroz.

Análise comparativa do nível de Produção Agroecológica em comunidades rurais do Distrito Federal utilizando o IDCR./ Cássia Gabrielle de Queiroz Roriz. – 2011.

43 f.

Orientadora: Prof^a. Dr. Ana Maria Resende Junqueira.

Co-orientadora: Prof^a. Dr. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz.

Monografia de Graduação (G) – Universidade de Brasília / Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Agroecologia. 3. Indicadores de sustentabilidade. 4. Desenvolvimento comunitário rural.
I. Junqueira, A. M. R. II. PhD.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA**

**ANÁLISE COMPARATIVA DO NÍVEL DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM
COMUNIDADES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL UTILIZANDO O IDCR.**

CASSIA GABRIELLE DE QUEIROZ RORIZ

**MONOGRAFIA SUBMETIDA AO CURSO DE
AGRONOMIA, COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO.**

APROVADA POR:

**ANA MARIA RESENDE JUNQUEIRA, PhD (UnB-FAV)
(ORIENTADORA)**

**JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ, Dra (UnB-FUP)
(CO-ORIENTADORA)**

**SÉRGIO DIAS ORSI, MSc (EMATER-DF)
(CO-ORIENTADOR)**

**ANNA PAULA RODRIGUES DOS SANTOS, MSc (UnB-FAV)
(EXAMINADORA EXTERNA)**

**BRASÍLIA/DF
DEZEMBRO/2011**

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, aos meus pais, ao meu namorado e aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos

À Deus, que sempre guiou e iluminou os meus passos, me ajudando a superar todos os obstáculos.

Aos meus familiares, principalmente meus pais, Nara Rúbia e Arnaldo Acácio, que me apoiaram e incentivaram em todos os momentos.

Ao meu namorado, Ralph Teixeira, pela atenção, companheirismo e paciência.

Aos amigos e futuros engenheiros agrônomos, Jomary, Thais, Elenice, Maria Thereza, Daniela e Douglas, que me ajudaram e estiveram presentes nos momentos alegres e tristes.

Ao pessoal da Emater-DF, em especial ao Sérgio Orsi, Cléa, Rubstain, Vânia e Carolina, pelo auxílio, apoio e amizade.

Às minhas orientadoras, Prof^a Dra. Janaína Diniz e Prof^a. Dra. Ana Maria Resende Junqueira, pelo auxílio, dedicação, e pela paciência em ensinar.

Aos professores da FAV, dedicados e atenciosos profissionais, que não medem esforços para ensinar e compartilhar os conhecimentos.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS	IX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Considerações Iniciais	1
1.2 Objetivo	2
1.3 Objetivos específicos.....	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	2
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	2
2.2 Desenvolvimento Rural	5
2.3 Indicadores de Sustentabilidade.....	6
2.4 Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR).....	9
2.5 Agroecologia.....	16
3. METODOLOGIA.....	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5. CONCLUSÃO.....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
ANEXOS	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Principais necessidades básicas das pessoas, segundo Maslow.	13
Figura 2.2 Exemplo de gráfico tipo “barra horizontal”.	15
Figura 2.3 Exemplo de gráfico tipo “radar”.	15
Figura 3.1 Mapa da localização das unidades da EMATER-DF no Distrito Federal.....	20
Figura 4.1 Porcentagem de agroecologia das Comunidades Não Produtoras de Hortaliças....	26
Figura 4.2 Porcentagem de agroecologia das Comunidades Produtoras de Hortaliças.	27

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Ponderação das dimensões do IDCR.	14
Quadro 3.1 Lista das comunidades selecionadas para análise.	19
Quadro 4.1 Características das seis Comunidades Produtoras de Hortaliças.	23
Quadro 4.2 Características das seis Comunidades Não Produtoras de Hortaliças.	24
Quadro 4.3 Porcentagens alcançadas nas questões de agroecologia investigadas no IDCR. ...	28
Quadro 4.4 Valor do IDCR e porcentagens das seis dimensões.	30

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

Nas últimas décadas, a crescente preocupação da população mundial com os problemas ambientais e a escassez de recursos naturais têm aumentado as discussões sobre desenvolvimento sustentável. Diante disso, os questionamentos sobre o desenvolvimento voltado exclusivamente para o crescimento econômico se intensificaram. Para atingir esse desenvolvimento sustentável é necessário associar o crescimento econômico, o desenvolvimento do capital humano e social, e a redução dos impactos ambientais. Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento exige um equilíbrio entre cinco dimensões: social, ambiental, territorial, econômica e política.

Para cada dimensão do desenvolvimento sustentável foram propostos indicadores de sustentabilidade, que possibilitam mensurar, avaliar e monitorar o desenvolvimento, além de orientar decisões políticas, identificar e corrigir irregularidades, facilitar a tomada de decisão e acompanhar as ações do desenvolvimento.

Uma das práticas que permitem promover desenvolvimento sustentável é a agroecologia, a qual pode ser definida como “uma ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural” (CAPORAL *et al*, 2006, p. 2). As práticas agroecológicas envolvem produção de alimentos com o mínimo de dano ao meio ambiente, estabelecendo a inclusão social e promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

A fim de mensurar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais do Distrito federal foi criado, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), o qual determina o grau de desenvolvimento da comunidade e fornece parâmetros de seis dimensões (Bem estar, Cidadania, Econômica, Apropriação Tecnológica, Agroecologia e Ambiental). Além disso, o

IDCR permite avaliar as potencialidades e vulnerabilidades da comunidade em cada dimensão.

1.2 Objetivo

O trabalho tem como objetivo avaliar e comparar o nível de produção agroecológica das comunidades rurais do Distrito Federal, utilizando como ferramenta o IDCR.

1.3 Objetivos específicos

- Analisar as características e o perfil das comunidades selecionadas;
- Avaliar os valores da dimensão *agroecologia*, obtidos através do IDCR nas comunidades;
- Comparar os valores do IDCR e, mais especificamente, da *agroecologia* nas comunidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

As discussões sobre as questões ambientais e sociais do desenvolvimento se intensificaram durante as décadas de 1960 e 1970. Nesse período, os pensamentos acerca do futuro e da vida do homem no planeta tornaram-se presentes no meio político, social, filosófico e acadêmico (BARBOSA, 2008). Diante disso, as críticas e questionamentos acerca do conceito de desenvolvimento voltado principalmente para o crescimento econômico se aprofundaram.

De acordo com Sachs (2004), o crescimento econômico só pode ser denominado desenvolvimento quando é promovido com impactos sociais e ambientais positivos. Assim, a sustentabilidade social e ambiental é um componente essencial para que o crescimento

econômico traga desenvolvimento, gerando emprego, contribuindo para a redução da pobreza e das desigualdades, e protegendo os recursos naturais e o meio ambiente.

O *crescimento* fundamenta-se somente na dimensão econômica e no aumento do PIB (Produto Interno Bruto). O *progresso* visa as dimensões tecnológica e econômica, abrangendo o avanço tecnológico e a estabilidade política para promover o aumento da economia. Já o *desenvolvimento* compreende um conjunto de dimensões (Sócio-Cultural, Econômica, Tecnológica, Eco-Ambiental, Institucional, Política, Legal e Territorial), colocando o ser humano no centro do processo e promovendo a participação, a gestão social, a preservação ambiental e o crescimento econômico.

De Paula (2005) afirma que para gerar desenvolvimento é indispensável, além do capital econômico, investimentos no capital humano (conhecimentos, habilidades e competências), crescimento do capital social (confiança, cooperação, empoderamento, organização e participação social), e o uso sustentável do capital natural (redução do desperdício, reciclagem e uso de materiais e energia com maior eficiência e aproveitamento).

O desenvolvimento envolve o exercício efetivo dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e deve ser considerado incluyente, por buscar a garantia do exercício dos direitos humanos e ter como valores fundamentais a democracia e o acesso, com igualdade, a serviços públicos como educação, saúde e moradia (Sachs, 2004).

O termo desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, quando a presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembléia Geral da ONU, o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como relatório Brundtland (VEIGA, 2005). Nesse relatório o desenvolvimento sustentável foi definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1988, p. 46).

O relatório “Nosso Futuro Comum” propõe que as nações se unam para alcançar o desenvolvimento sustentável, pois para obter um crescimento que se sustente por longos períodos são necessárias mudanças nas relações internacionais, criando fluxos de comércio, capital e tecnologia mais equitativos e mais adequados ao meio ambiente. Além disso, o relatório enfatizou a necessidade de se descobrir novas formas de desenvolvimento econômico, as quais não provoquem redução dos recursos naturais e não causem danos ao meio ambiente.

Portanto, para que o desenvolvimento seja sustentável, é necessário encontrar meios de produção economicamente eficazes, ecologicamente viáveis e socialmente justos, além de estabelecer a distribuição e o consumo dos recursos de forma harmônica.

Sachs (2004) classifica o desenvolvimento sustentável em cinco dimensões: *Social* (melhoria da qualidade de vida da população e redistribuição de renda); *Econômica* (gestão eficiente dos recursos); *Ambiental* (limitação do consumo de recursos naturais e redução de resíduos); *Territorial* (melhor distribuição territorial e uma configuração rural-urbana mais equilibrada); *Política* (Políticas públicas mais democráticas para estimular o desenvolvimento).

Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988) os objetivos do desenvolvimento sustentável são: retomada do crescimento; mudança na qualidade do desenvolvimento; satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; manutenção de um nível populacional sustentável; conservação e proteção da base de recursos; reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco; e inclusão do meio ambiente e da economia no processo de tomada de decisão.

O desenvolvimento sustentável deve ser concebido por políticas públicas tanto nas áreas urbanas, quanto nos espaços rurais. Segundo Jara & Souto (2001, p. 23), “as políticas rurais não podem continuar ocupando posição marginal no contexto das políticas

macroeconômicas e não podem continuar desconsiderando as outras dimensões e setores do território.” Deste modo, as estratégias de desenvolvimento devem ser fundamentadas na inclusão das populações rurais e urbanas.

2.2 Desenvolvimento Rural

Os contingentes de populações pobres no setor urbano e nas áreas rurais ainda são muito grandes nos países da América Latina e Caribe, devido à centralização das decisões políticas e à concentração de investimentos públicos e privados em alguns centros urbanos. Dessa forma, os investimentos dirigidos às instituições que prestam serviços à população rural foram drasticamente reduzidos, gerando impactos sociais indesejados e maiores níveis de pobreza (SEPÚLVEDA, 2005).

O desenvolvimento rural sustentável tem como foco o território, integrando grupos de diversos interesses em busca de um bem comum. O centro desse desenvolvimento é o ser humano, o qual prevalece nas relações multidimensionais existentes em cada território.

Para Sepúlveda (2005), o desenvolvimento rural sustentável é um processo multidimensional, abrangendo as dimensões político-institucional, sócio-econômica, produtivo-tecnológica e ecológica, cujo objetivo é melhorar o meio rural, reorganizando o uso do espaço, melhorando os mecanismos de acesso aos recursos naturais e viabilizando seu uso racional.

É possível ter um desenvolvimento rural equilibrado por meio de políticas sociais e econômicas que incentivem a agricultura familiar e garantam a distribuição harmônica dos benefícios deste desenvolvimento. A falta de investimento nas áreas rurais provoca uma piora constante da qualidade de vida dessa população, causando principalmente problemas de saúde e mortalidade infantil (CHACON, 2000).

O processo de desenvolvimento rural deve ser fundamentado na erradicação da pobreza rural, na diversificação da economia, no protagonismo e participação política dos atores sociais, na preocupação com a sustentabilidade ambiental e no território como elementos-chave para o desenvolvimento rural sustentável.

Para Sepúlveda (2005), os países da América Latina e Caribe têm como desafio a promoção do desenvolvimento sustentável com base na competitividade da agricultura com níveis crescentes de equidade social, espacial e ecológica.

Para mensurar, avaliar e monitorar o desenvolvimento rural sustentável de um território são necessários indicadores de sustentabilidade, os quais permitam orientar e fundamentar decisões políticas, acompanhar as ações de desenvolvimento, prever situações futuras, detectar e corrigir eventuais irregularidades, facilitar o processo de tomada de decisão, e ajudar a identificar ações importantes.

2.3 Indicadores de Sustentabilidade

O termo indicador é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, estimar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), os indicadores são ferramentas formadas por uma ou mais variáveis associadas de diversas formas, revelando significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem. Indicadores de desenvolvimento são instrumentos fundamentais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do processo de desenvolvimento sustentável.

Os indicadores sociais começaram a ser pesquisados nos Estados Unidos em 1933 com os relatórios de WF Ogburn que buscavam caracterizar as tendências de mudança social. Outra fonte de pesquisa dos indicadores sociais foi desenvolvida por Jan Drenowski e uma comissão de peritos das Nações Unidas que na década de 1950 tentaram melhorar a medição do padrão de vida através da identificação dos componentes de bem-estar, e pela elaboração de

indicadores respectivos (NOLL, 1996). De acordo com Veiga (2010), os indicadores de sustentabilidade começaram a ser discutidos em 1972, por William D. Nordhaus e James Tobin¹, nos Estados Unidos.

Em 1990 o paquistanês Mahbub ul Haq e economista indiano Amartya Senfoi criaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tinha como objetivo contrapor outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o qual considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é uma medida geral do desenvolvimento humano e agrega três dimensões – saúde, educação e rendimento (PNUD, 2010).

Os indicadores são ferramentas que possibilitam a obtenção de informações sobre uma determinada realidade para a avaliação e o monitoramento das ações de desenvolvimento. De acordo com o IBGE (2010), os indicadores são utilizados para “identificar variações, comportamentos, processos e tendências; estabelecer comparações entre países e entre regiões dentro do Brasil; indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas; e enfim, por sua capacidade de síntese, são capazes de facilitar o entendimento ao crescente público envolvido com o tema” (p. 11).

A Agenda 21 (1995), em seu capítulo 40, enfatiza que os indicadores frequentemente utilizados, “como o Produto Nacional Bruto (PNB) e as medições dos fluxos individuais de poluição ou de recursos, não dão indicações adequadas de sustentabilidade” (p. 465). Deste modo, se torna necessário criar indicadores de desenvolvimento sustentável para tomadas de decisões mais sólidas e para uma sustentabilidade “auto-regulada” do meio ambiente e do desenvolvimento.

¹ Publicação do capítulo “Is growth obsolete?” em 1972, no quinto volume da série da série “Economic Research: Retrospect and Prospect”, do National Bureau of Economic Research (NBER), dos Estados Unidos.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável foram apresentados em 1996 no documento “*Indicators of sustainable development: framework and methodologies*”, publicado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável – CDS, das Nações Unidas. Neste documento foram apresentados 134 indicadores, mas em 2001 a CDS reduziu-os para 57 (IBGE, 2010).

O IBGE (2010) adotou como referência os indicadores da CDS de 2001 para construir os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil. No Brasil, era necessário estabelecer indicadores capazes de subsidiar o processo de desenvolvimento sustentável em nível nacional.

Em sua primeira publicação, em 2002, o IBGE listou “50 indicadores organizados em quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional, abrangendo os temas como Equidade, Saúde, Educação, População, Habitação, Segurança, Atmosfera, Terra, Oceanos, Mares e Áreas Costeiras, Biodiversidade, Saneamento, Estrutura Econômica, Padrões de Produção e Consumo e Estrutura e Capacidade Institucional.” (IBGE, 2002 p. 11).

Baseado nas dimensões propostas pelo documento “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil”, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Waquil *et al.* (2010) estabeleceram indicadores que abrangem seis dimensões: “social, demográfica, político-institucional, econômica, ambiental e cultural.” (p. 4).

Orsi (2009) desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), o qual compreende diversos indicadores organizados em seis dimensões: bem-estar, cidadania, econômica, apropriação tecnológica, agroecologia e ambiental. Ele abrange o desenvolvimento social (dimensões bem-estar e cidadania), econômico (dimensões econômica e apropriação tecnológica) e ambiental (dimensões agroecologia e ambiental).

2.4 Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR)

A extensão rural tradicional, praticada entre as décadas de 1960 e 1980, era essencialmente focada na produção, com o modelo tecnicista e produtivista, baseado no difusionismo. O uso do crédito subsidiado pelos produtores rurais para adoção de novas tecnologias incentivou o uso de insumos químicos e da mecanização agrícola (ORSI, 2009).

Com a crise de endividamento do Brasil no início da década de 1990 e a preocupação crescente com a escassez de recursos o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) viu-se diante da necessidade de reorientar seus objetivos e destinatários. Isto resultou na construção de uma nova abordagem que rompe com a proposta difusionista, e defende que o extensionista entenda a realidade rural, a história e os princípios de cada produtor, para posteriormente se inserir no meio rural e expor seus conhecimentos através da comunicação.

Favero & Sarriera (2009) destacam um novo perfil de extensionista, o qual busca a inclusão social da população rural brasileira mais pobre, desempenhando um papel educativo, atuando como facilitador de processos de desenvolvimento rural sustentável, e adotando tecnologias baseadas nos princípios da agroecologia.

Em função desse novo desafio, que exigia novas fontes de financiamento e uma atuação mais sistêmica e abrangente, a ATER oficial teve que readequar os seus instrumentos para as etapas de diagnóstico, planejamento, acompanhamento e avaliação dos seus esforços.

Segundo Orsi (2009), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), assumindo este desafio, desenvolveu um instrumento que abrange desde o diagnóstico até a elaboração e gestão de políticas públicas mais específicas para as comunidades rurais, com o qual os agentes de ATER poderão prestar conta dos resultados alcançados e não somente apontar o que foi investido.

Este instrumento consiste no Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), um indicador de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais que atende aos novos

paradigmas de atuação da ATER, os quais priorizam os beneficiários de economia familiar e utilizam metodologias participativas mais abrangentes.

Para Sepúlveda (2005), o espaço de operação deve ser o cenário territorial no qual se tem relações sociais e econômicas historicamente determinadas, onde é possível executar atividades diversas e cujas fronteiras são facilmente reconhecíveis.

Segundo Orsi (2009), o IDCR foi elaborado com o recorte territorial de uma comunidade rural, aproveitando as dinâmicas socioculturais e econômicas, e com o objetivo de empoderar os membros da comunidade, reforçar o tecido social, identificar vocações políticas e avaliar as vantagens competitivas e comparativas. Isso possibilita transformar os membros da comunidade em sujeitos ativos do processo de desenvolvimento.

Busca-se proporcionar à comunidade maior autonomia na construção do seu próprio modelo de desenvolvimento, possibilitando maior motivação, sensação de pertencimento e engajamento de todos os membros da comunidade.

De acordo com Orsi (2009), a abrangência do índice deveria ser a mais sistêmica possível, buscando maior sustentabilidade no processo de intervenção da comunidade rural e observando os seguintes critérios de sustentabilidade apontados por Sachs (2000): social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político.

O IDCR foi desenvolvido com base no instrumento de trabalho proposto por Sepúlveda (2005), o qual é composto pelo Biograma e pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável. Segundo o autor, estes instrumentos “permitem representar o grau de desempenho da unidade de análise a ser avaliada em um período determinado, utilizando para isso indicadores representativos das diferentes dimensões” (p. 228).

Segundo Sepúlveda (2005), o Biograma é um indicador multidimensional que representa graficamente o grau de desenvolvimento sustentável de um determinado espaço territorial. Este gráfico aponta os desequilíbrios, as vulnerabilidades e as potencialidades da

comunidade em cada dimensão. O Índice de Desenvolvimento Sustentável é um valor específico de desempenho sustentável do espaço territorial em um determinado período. Ele permite comparar a evolução de uma comunidade no tempo e com outras comunidades.

Segundo Orsi (2009) o IDCR foi criado com os seguintes objetivos:

- Capacitar os membros da comunidade para que possam conhecer a sua própria realidade, utilizando o recorte multidimensional;
- Aumentar a capacidade de discernimento para a tomada de consciência da sua condição atual e da necessidade de mudança;
- Elaborar e fornecer um relatório diagnóstico das potencialidades e vulnerabilidades multidimensionais para os representantes de diversos segmentos da comunidade e da ATER;
- Utilizar metodologias participativas para motivar, engajar e tornar os moradores da comunidade os agentes do desenvolvimento sustentável;
- Possibilitar que a comunidade construa as suas políticas específicas e participe de uma ação institucional que favoreça acesso aos recursos do Estado e da iniciativa privada.
- Incentivar a gestão social e a transparência do processo de desenvolvimento em um ciclo de planejamento dinâmico e com ações corretivas.
- Equipar a comunidade, a ATER e demais instituições parceiras de indicadores de avaliação de resultado.
- Empoderar os integrantes da comunidade rural para conquistar um desenvolvimento que satisfaça às gerações presentes e futuras.

O projeto do IDCR iniciou-se com o mapeamento das comunidades mais vulneráveis do espaço rural do Distrito Federal pela Emater-DF. A partir desse mapeamento, foram apresentados os objetivos e metodologias do projeto para as lideranças dos diversos

segmentos de beneficiários da ATER (trabalhadores rurais, agricultores familiares, jovens rurais, mulheres rurais, idosos rurais e agricultores patronais), destas comunidades.

O IDCR é medido a partir de um questionário construído pelos extensionistas da Emater-DF, juntamente com as gerências táticas da Emater-DF e com técnicos de campo. As perguntas do questionário foram baseadas no levantamento realizado com as organizações sociais do Distrito Federal, em 2005, para elaboração do Plano Distrital de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Este questionário é aplicado nas propriedades pelos técnicos da Emater-DF e pelos próprios integrantes da comunidade, que participam de um curso de capacitação de 40h e são remunerados pelo serviço. Em comunidades onde o questionário é aplicado pelos seus próprios membros, observa-se que os integrantes da comunidade se tornam agentes do desenvolvimento rural e ficam preparados para assumir a gestão social do processo.

O questionário foi dividido em seis dimensões (bem-estar, cidadania, econômica, apropriação tecnológica, agroecologia e ambiental), sendo cada dimensão composta por temas, e cada tema formado por um grupo de assuntos comuns (Anexo A). A dimensão bem-estar é formada por temas e assuntos referentes às necessidades básicas dos seres humanos como água, energia, saneamento, saúde e lazer. A dimensão cidadania engloba os direitos e deveres civis, sociais e políticos dos cidadãos. Já a dimensão econômica apresenta temas referentes ao sistema de produção e comercialização, ao nível de renda da família, à origem dos recursos e à venda de mão de obra. A apropriação tecnológica contém indicadores do nível tecnológico das propriedades na agricultura e pecuária. A Agroecologia abrange o sistema de produção agroecológica, como uso de semente própria, práticas de adubação verde, rotação de culturas, compostagem e biofertilizante. Por último a dimensão ambiental, que é composta por temas e assuntos referentes à biodiversidade, à preservação ambiental e ao uso e manejo de agrotóxicos e fertilizantes.

Este questionário é formado por 100 questões com 389 parâmetros de avaliação, e cada questão enfoca um assunto específico com uma a oito opções de respostas, que foram ponderadas em uma escala que varia de “0” (opção menos desejável para uma proposta de desenvolvimento sustentável), a “1” (opção mais desejável).

Segundo a Emater-DF (2009) os indicadores do IDCR estão fundamentados na sequência de demandas da pirâmide de Maslow, que serve para orientar a hierarquia de necessidades que um conjunto de seres humanos demanda (Figura 2.1).



Figura 2.1 Principais necessidades básicas das pessoas, segundo Maslow.
Fonte: Emater-DF (2009)

Quando os dados dos questionários são processados em planilha do Excel, obtém-se um índice numérico de desenvolvimento que varia numa escala de “zero” a “um”. Quanto mais próximo de “um” for o valor do IDCR, maior o desenvolvimento rural sustentável da

comunidade, e quanto mais próximo de “zero”, maiores as vulnerabilidades. Este índice é obtido por meio da ponderação dos índices acumulados em cada dimensão, e o valor da ponderação foi determinado pelos técnicos da ATER e representantes do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (Quadro 2.1). Além do valor numérico, a planilha gera diversos gráficos com indicadores que facilitam o diagnóstico e avaliação da comunidade.

São gerados dois tipos de gráficos: os gráficos tipo “barra horizontal”, que representam cada pergunta do questionário (Figura 2.1); e os gráficos tipo “radar”, que são relativos aos temas e dimensões eleitas para servir de indicadores (Figura 2.2). A interpretação dos gráficos tipo “radar” se dá através da área sombreada, sendo que quanto mais ampla e homogênea a área sombreada, mais sustentável está o indicador que ela representa.

Com o valor numérico do IDCR, os gráficos e o resgate histórico construído pelos moradores da comunidade, é realizado um Relatório Diagnóstico da Comunidade, o qual possibilita a análise das potencialidades e vulnerabilidades para construção do desenvolvimento rural.

Quadro 2.1. Ponderação das dimensões do IDCR.

DIMENSÃO	PONDERAÇÃO
Bem Estar	0,20
Cidadania	0,20
Econômico	0,20
Apropriação Tecnológica	0,13
Agroecologia	0,13
Ambiental	0,14

Fonte: Adaptado de Orsi (2009).

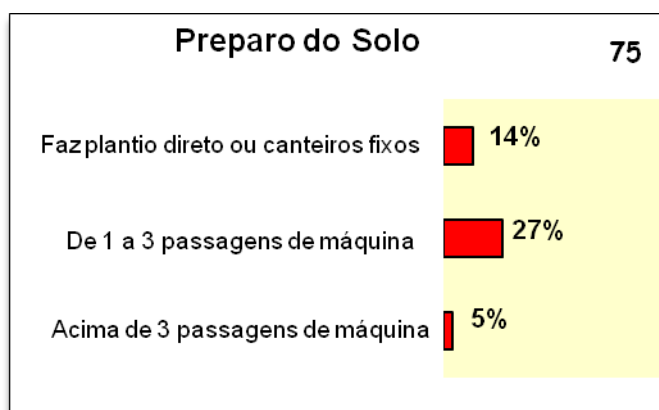


Figura 2.2 Exemplo de gráfico tipo “barra horizontal”.
Fonte: Emater-DF (2009)

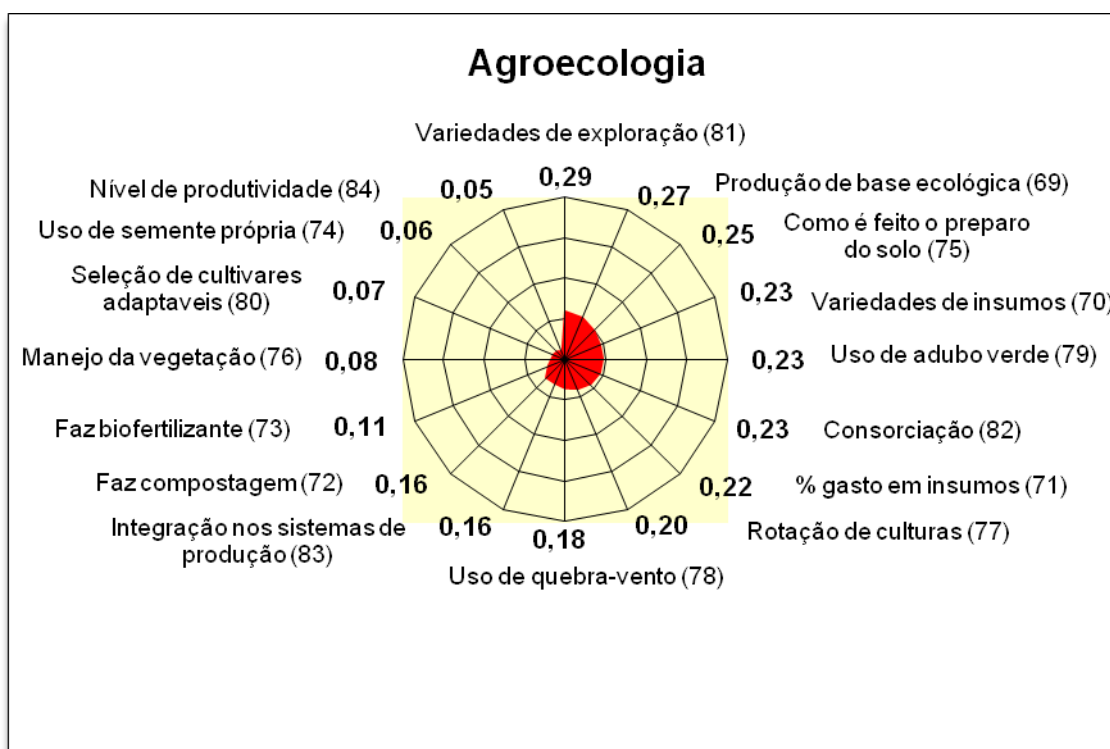


Figura 2.3 Exemplo de gráfico tipo “radar”.
Fonte: Emater-DF (2009)

De posse do Relatório Diagnóstico, a equipe multidisciplinar de ATER e o Comitê Gestor da comunidade (formado por representantes dos segmentos de beneficiários) analisam as informações contidas no relatório e apresentam a restituição do resultado à comunidade.

Posteriormente, o Comitê Gestor e a equipe multidisciplinar elaboram o PAI (Plano de Ação Interinstitucional), determinando quais problemas, necessidades e oportunidades devem ser trabalhados prioritariamente e construindo o mapa institucional dos parceiros públicos e privados. O PAI é apresentado, pelo Comitê Gestor, aos dirigentes das instituições públicas e privadas relacionadas no mapa das instituições parceiras e representantes de classe, para pactuar, por meio de documento, o apoio político-institucional às atividades demandadas pela comunidade e contidas no PAI (ORSI, 2009).

As atividades do PAI são acompanhadas via internet pelo site da Emater-DF, para promover o empoderamento e a gestão social dos membros da comunidade e proporcionar maior transparência do processo de desenvolvimento. Este plano de gestão é avaliado pela comunidade a cada ano, com o objetivo de buscar novas alternativas para os problemas que não foram resolvidos, e para os novos desafios que irão surgir.

Com o IDCR a comunidade tem um instrumento que a empodera para promover o desenvolvimento rural de forma sustentável, além de ser um indicador de resultados, podendo ser aplicado novamente após algum tempo.

Segundo Orsi (2009), “o maior empoderamento é o da própria comunidade, pela conquista de um desenvolvimento com liberdade, e que gera entre seus membros um compromisso sócio-ambiental. Processo este que certamente irá satisfazer as necessidades da atual geração e encantar gerações futuras.” (p. 29).

Uma das dimensões do IDCR é a agroecologia, a qual é importante para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e atende aos novos padrões de consumo da população mundial.

2.5 Agroecologia

A agroecologia surgiu com o objetivo de estabelecer um novo estilo de agricultura, menos agressiva ao ambiente e capaz de proteger os recursos naturais e que promova o desenvolvimento rural sustentável.

Para Borsatto (2007), a agroecologia originou-se da articulação do conhecimento tradicional e das demandas sociais de pequenos agricultores marginalizados pelo paradigma da “Revolução Verde”, juntamente com os conhecimentos provenientes de diversas áreas do meio científico.

A agroecologia é uma ciência integradora que reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores, das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural (CAPORAL *et al*, 2006). Portanto, a prática agroecológica se baseia em uma agricultura que cause menos danos ao meio ambiente, estabeleça a inclusão social e melhore as condições econômicas dos agricultores.

Altieri (2004) define a agroecologia como uma nova abordagem “que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.” (p. 23).

Segundo Caporal & Costabeber (2004), é necessário distinguir as agriculturas de base ecológica, fundamentadas nos princípios da agroecologia, daquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seu processo produtivo, pois estas correntes da agricultura alternativa não necessariamente precisam estar seguindo os ensinamentos fundamentais da agroecologia.

A agroecologia apóia a transição da atual agricultura convencional (com uso de agroquímicos) para modelos de agriculturas sustentáveis, que se fundamentem nos princípios e tecnologias de base ecológica. De acordo com Caporal & Costabeber (2004), além dos

aspectos tecnológicos, a agroecologia abrange variáveis sociais, econômicas, ambientais, culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

Segundo Altieri (2004), a produção sustentável pode ocorrer somente no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. Além disso, a agroecologia é mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais, buscando produção crescente, sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e equidade.

Gliessman (2000, *apud* CAPORAL & COSTABEBER, 2004) distinguiu três níveis fundamentais no processo de transição para agroecossistemas sustentáveis. 1º - incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e prejudiciais ao meio ambiente. 2º - substituição de insumos e práticas convencionais (intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente) por práticas alternativas (benignas sob o ponto de vista ecológico). 3º - redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos. Nesse caso, se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores.

A agricultura sustentável, baseada nos princípios da agroecologia, tem como principal objetivo a manutenção da produtividade com o uso de tecnologias ecologicamente corretas e com maior retorno econômico, para que ocorra o mínimo de impactos ambientais possíveis e atenda às necessidades financeiras e sociais dos produtores.

3. METODOLOGIA

A seleção das comunidades rurais do Distrito Federal (DF) para análise dos dados e comparação de resultados foi determinada pela etapa de execução do IDCR, sendo

selecionadas as comunidades que tiveram o relatório diagnóstico concluído e enviado para a Unidade Local da Emater-DF. Estas comunidades foram separadas e classificadas de acordo com a principal atividade agrícola desenvolvida. Foram destacados dois grupos, sendo um representado pelas comunidades produtoras de hortaliças e outro pelas comunidades não produtoras de hortaliças. Cada grupo é composto por seis comunidades. No quadro 3.1 estão listadas as comunidades selecionadas, as Unidades Locais da Emater-DF de cada comunidade e o ano de elaboração do IDCR. A figura 3.1 mostra o mapa do Distrito Federal com a localização das unidades da EMATER-DF e as setas indicam as unidades locais das comunidades avaliadas.

Quadro 3.1 Lista das comunidades selecionadas para análise.

Comunidades selecionadas		
	Unidade Local da EMATER-DF	Ano do IDCR
Produtoras de Olericulturas		
Chapadinha	Alexandre Gusmão	2009
Chácara 90	Rio Preto	2011
Betinho	Brazlândia	2010
Fazenda Larga	Pipiripau	2009
Colombo Cerqueira	Paranoá	2009
Colônia Agrícola Veredas	Ceilândia	2010
Não Produtoras de Olericulturas		
São Gonçalo	Tabatinga	2009
Nova Vitória	São Sebastião	2009
Sítio Novo	Planaltina	2009
Jibóia/Olhos d'água	Taquara	2011
Recanto dos Buritis	Gama	2010
Boqueirão	Paranoá	2009

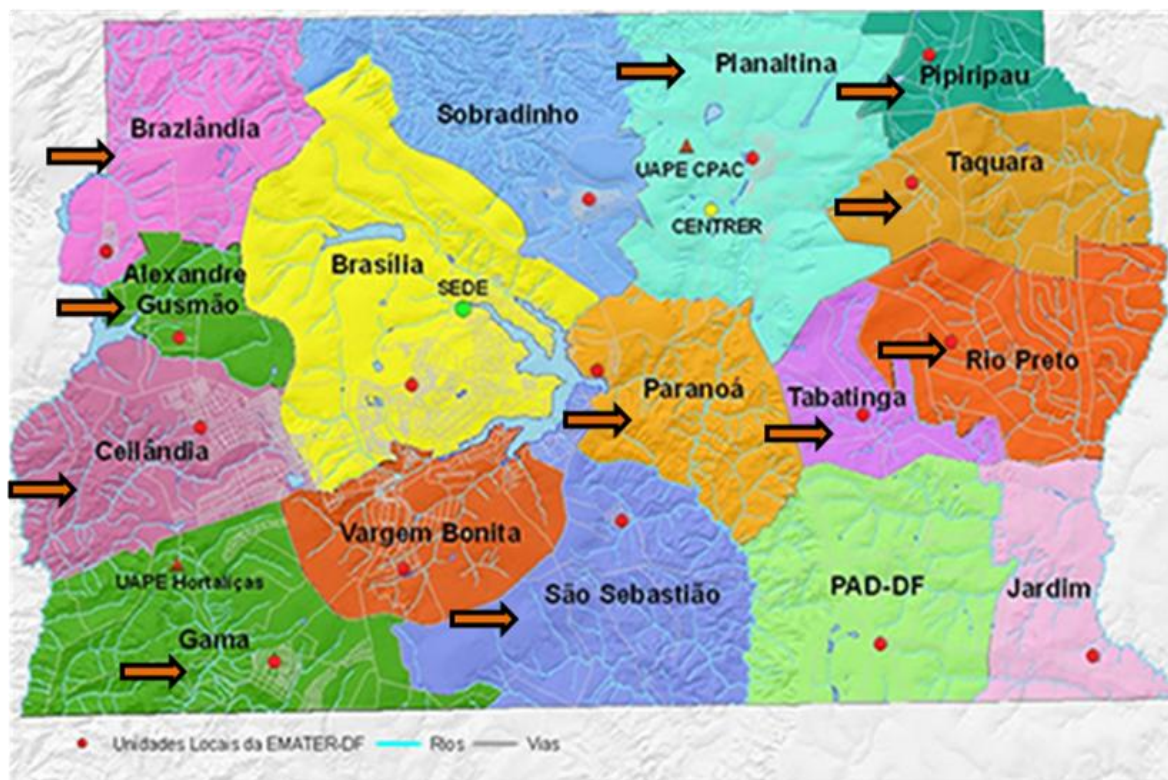


Figura 3.1 Mapa da localização das unidades da EMATER-DF no Distrito Federal
 Fonte: EMATER-DF

Este estudo teve como fonte de dados a pesquisa primária feita pelos agentes entrevistadores nas comunidades, por meio de questionário contendo 100 perguntas (Anexo B). As perguntas dos questionários foram agrupadas em seis dimensões (bem-estar, cidadania, econômica, apropriação tecnológica, agroecologia e ambiental), e as respostas processadas em planilha do Excel por estagiários da Emater-DF. O processamento destes dados gerou gráficos multidimensionais, que mostraram a situação das comunidades em cada uma das seis dimensões. Foram obtidos, também, gráficos das dimensões, dos temas e das perguntas.

Ao final deste processo, os estagiários da Emater-DF consolidaram um Relatório Diagnóstico de cada comunidade contendo o IDCR e os gráficos. Este relatório apresenta o primeiro momento do diagnóstico na comunidade, representando o Tempo Zero –“T0”.

De posse destes Relatórios, os valores do IDCR, da dimensão agroecologia e de suas respectivas perguntas foram avaliados qualitativa e quantitativamente. Além disso, foram

analisadas as características e o perfil de cada comunidade, a fim de comparar e justificar os valores do IDCR e da agroecologia, em particular.

A dimensão agroecologia foi avaliada neste estudo devido às crescentes discussões sobre a produção de alimentos baseada nos princípios agroecológicos e aos novos padrões de consumo da população, que está mais preocupada com a ética, saúde, estética, longevidade e sustentabilidade. O consumidor está procurando alimentos produzidos sem agroquímicos, com mercado justo e valorizando mais a natureza e o natural.

As análises das comunidades foram feitas com base nos diagnósticos extraídos do SisATER, um sistema informatizado de programação e acompanhamento das ações de ATER, e na entrevista com os técnicos da Emater-DF que prestam assistência nestas comunidades.

Os dados a seguir apresentados constituem uma amostragem representativa da realidade das comunidades, porém não se referem a totalidade dos ocupantes, visto que alguns proprietários não responderam ao questionário do IDCR. O quadro 3.2 apresenta a porcentagem de proprietários que responderam ao questionário do IDRC.

Quadro 3.2 Porcentagem de proprietários entrevistados no IDCR.

Comunidades	% de proprietários entrevistados
Produtoras de Hortaliças	
Chapadinha	67%
Chácara 90	100%
Betinho	63%
Fazenda Larga	92%
Colombo Cerqueira	75%
Colônia Agrícola Veredas	100%
Não Produtoras de Hortaliças	
São Gonçalo	48%
Nova Vitória	95%
Sítio Novo	96%
Jibóia/Olhos d'água	90%
Recanto dos Buritis	71%
Boqueirão	53%

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quadros 4.1 e 4.2 apresentam um resumo das características de todas as comunidades analisadas neste estudo. Nestes quadros se encontram o número e tamanho das propriedades, o perfil das comunidades, a principal atividade produtiva, o sistema de cultivo utilizado pelos produtores, o nível tecnológico das propriedades e algumas observações importantes.

Observa-se que a maioria das comunidades analisadas é formada por agricultores familiares, que produzem para subsistência ou para comercialização e possuem pequenas propriedades de cinco a vinte hectares em média. Uma exceção é a Comunidade São Gonçalo, onde a maior parte é formada por produtores de grãos com alto nível tecnológico e uso de pivôs e máquinas.

Segundo a Emater-DF (2011), em 2010 existiam 7.250 empreendedores familiares no Distrito Federal representado 41,5% dos estabelecimentos agropecuários do DF. Já os empreendedores patronais totalizavam 10.210 produtores, com 58,5% dos estabelecimentos.

Quadro 4.1 Características das seis Comunidades Produtoras de Hortaliças.

Comunidades Produtoras de Hortaliças	Comunidades	Nº de propriedades	Tamanho das propriedades	Perfil da Comunidade	Atividade produtiva	Sistema de cultivo	Nível tecnológico	Observações
	Colônia Agrícola Veredas (Ceilândia)	41 propriedades	Maioria com 5 hectares	Produtores familiares com contrato de comodato com a SEAPA	Hortaliças e bovinocultura	Convencional	Nível tecnológico médio	Agricultura de subsistência e comercialização do excedente.
	Chapadinha (Alexandre Gusmão)	150 propriedades	Maioria com 2 a 5 hectares	Eram assentados no local e receberam a regularização do INCRA	Hortaliças e morango	Maioria convencional, apenas 1 produtor orgânico	Alto nível tecnológico	Produção para comercialização
	Betinho (Brazlândia)	190 propriedades	Máximo 5 hectares	Produtores familiares em área de invasão, sem regularização do INCRA	Hortaliças e principalmente morango	Maioria convencional	Alto nível tecnológico	Produção pra comercialização
	Fazenda Larga (Pipiripau)	77 propriedades	Maioria com 2 hectares	Assentamento de reforma agrária reconhecido pelo INCRA.	Hortaliças, fruticultura e avicultura	Convencional	Alto nível tecnológico	Utilizam muitos produtos agroquímicos e possuem 102 estufas para produção de hortaliças
	Colombo Cerqueira (Paranoá)	44 propriedades	2 a 5 hectares	Propriedades escrituradas	Hortaliças e banana e culturas de subsistência	Convencional	Baixo nível tecnológico	Propriedades para moradia, lazer e produção para subsistência. Algumas têm produção comercial
	Chácara 90 (Rio Preto)	7 propriedades	90 hectares	Áreas públicas arrendadas e ocupadas por produtores familiares	Hortaliças e culturas de subsistência	Convencional	Nível tecnológico de baixo a médio	Cada propriedade é dividida entre 2 a 5 famílias

Quadro 4.2 Características das seis Comunidades Não Produtoras de Hortaliças.

Comunidades Não Produtoras de Hortaliças	Comunidades	Nº de propriedades	Tamanho das propriedades	Perfil da Comunidade	Atividade produtiva	Sistema de cultivo	Nível tecnológico	Observações
	Nova Vitória (São Sebastião)	23 propriedades	2 a 5 hectares	Assentamento de base social do MST. Agricultura familiar	Mandioca, produção de leite e hortaliças para consumo	Tradicional sem agroquímicos, em transição agroecológica	Pouca tecnologia	Possuem hortas no sistema PAIS - Produção Agroecológica Integrada Sustentável
	Recanto dos Buritis (Gama)	130 propriedades	Maioria com 5 hectares	Todos os proprietários possuem posse da terra	Produtores familiares de pequenos animais e culturas para subsistência (milho, feijão e mandioca)	Convencional	Alguns agricultores procuram tecnificar e diversificar	As propriedades são utilizadas para moradia. Agroindústrias artesanais de biscoitos
	Jibóia/Olhos d'água (Taquara)	20 propriedades	Maioria com 20 a 75 hectares	Contrato de concessão de terra do GDF	Produtores familiares de pecuária mista e hortaliças.	Convencional	Nível tecnológico médio	Produção para comercialização
	Boqueirão (Paranoá)	100 propriedades	Maioria com 2 a 20 hectares	Área de ocupação desordenada sem regularização fundiária	Banana, criação de aves caipira e de bovinos misto	Convencional	Baixo nível tecnológico	Algumas propriedades para moradia, lazer e produção para subsistência e outras com produção para fins comerciais
	Sítio Novo (Planaltina)	25 propriedades	5 a 20 hectares	Assentados em fase de regularização pelo INCRA	Bovino misto e cultura para subsistência	Convencional	Baixo nível tecnológico	Agricultura familiar para subsistência. As propriedades têm função de moradia.
	São Gonçalo (Tabatinga)	25 propriedades	30 hectares em média	Terras arrendadas	Cultura de grãos	Convencional	Nível tecnológico alto. Uso de pivôs centrais e máquinas	Existe uma empresa produtora de rações que adquire grãos dos produtores

Grande parte das propriedades utiliza o sistema de cultivo convencional, com técnicas tradicionais de preparo do solo (aração, gradagem), uso de fertilizantes químicos para adubação, e controle fitossanitário com insumos químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas). Segundo Dias (2006), a agricultura convencional é um modelo agrícola onde se busca “maior produtividade através da utilização intensa de insumos externos, o que em curto prazo traz resultados econômicos visíveis como o aumento da produtividade e eficiência agrícola” (p. 2). No entanto, este tipo de agricultura provoca danos ao meio ambiente e degradação do solo.

Em certas comunidades, como Chapadinha e Nova Vitória, existem alguns produtores orgânicos ou em fase de transição agroecológica, porém o cultivo convencional é predominante. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (1999), o sistema orgânico de produção adota tecnologias que otimizam o uso de recursos naturais e socioeconômicos, minimizam a dependência de energias não renováveis e eliminam o emprego de agrotóxicos, outros insumos artificiais tóxicos e organismos geneticamente modificados em todas as fases de produção até o consumo.

Além disso, a produção orgânica pode potencialmente proporcionar maior retorno financeiro aos agricultores familiares e ser mais competitiva no mercado consumidor, pois é mais diversificada, agrega valor aos produtos (CAUMO & STADUTO, 2010), e ainda é pouco intensiva em capital e muito demandante em mão de obra.

De acordo com a pesquisa feita por Pelinski & Guerreiro (2004), concluiu-se que há maior viabilidade socioeconômica para a produção orgânica em relação à convencional, pois a agricultura orgânica “não exerce efeitos negativos sobre o solo, sobre a água, sobre o efeito estufa e principalmente, não danifica a saúde humana. Além disso, os produtos orgânicos são mais saborosos e mais nutritivos” (PELINSKI & GUERREIRO, 2004, p. 66).

Segundo a EMATER-DF (2010), a agricultura orgânica está em amplo crescimento no Distrito Federal, e vem se destacando como uma proposta de desenvolvimento agroecológico, pois tem sido desenvolvida dentro dos princípios e conceitos da agroecologia. No entanto, a demanda por estes alimentos é muito superior à quantidade ofertada pelos agricultores locais, pois em 2010 existiam 208 estabelecimentos de agricultura orgânica no DF, com uma produção agrícola de 2.580 toneladas (Emater-DF, 2011).

Para a avaliação das comunidades quanto ao nível de agroecologia, obtido através do IDCR, foram montados dois gráficos, um contendo as porcentagens de agroecologia das comunidades não produtoras de hortaliças (Figura 4.1) e outro com as porcentagens das comunidades produtoras de hortaliças (Figura 4.2).

O quadro 4.3 apresenta todas as questões de agroecologia investigadas no IDCR e seus respectivos valores alcançados por cada comunidade, permitindo uma avaliação mais pontual dos desequilíbrios e potencialidades na dimensão agroecologia.

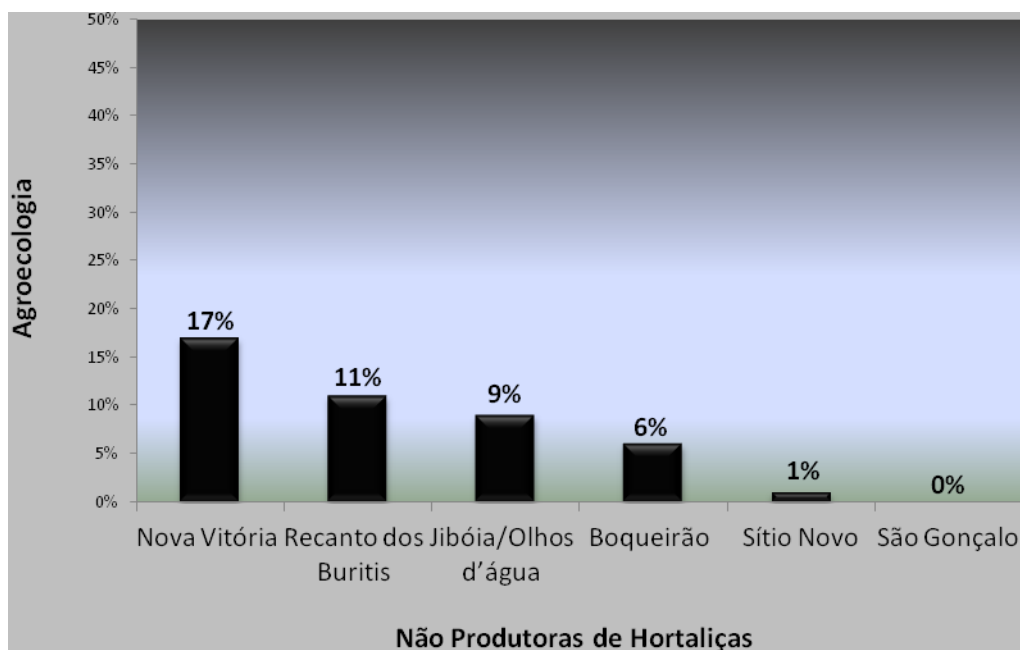


Figura 4.1 Porcentagem de agroecologia das Comunidades Não Produtoras de Hortaliças.

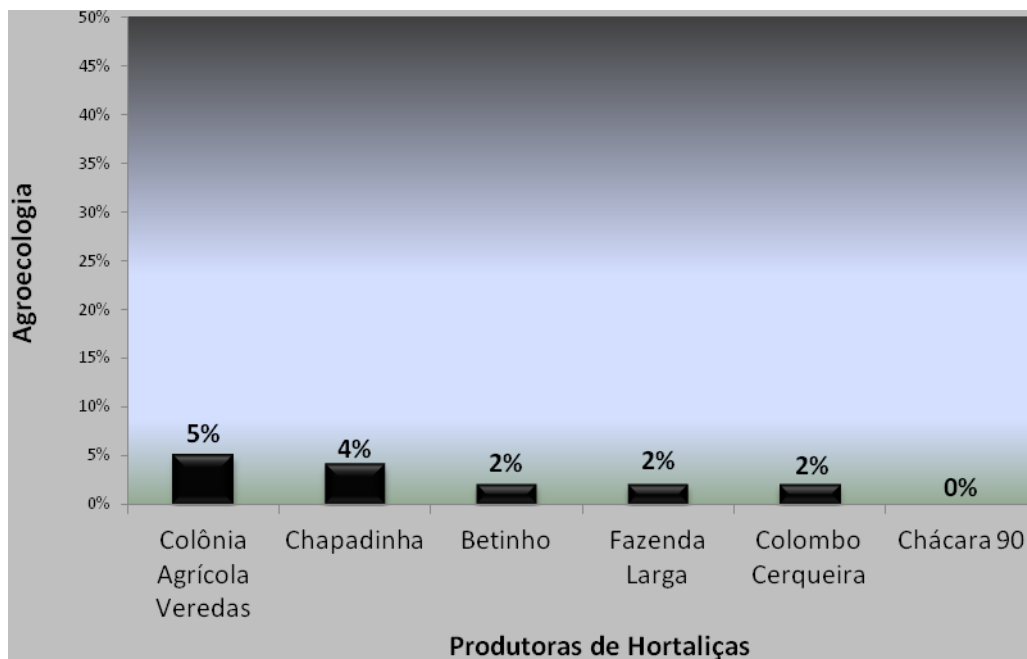


Figura 4.2 Porcentagem de agroecologia das Comunidades Produtoras de Hortaliças.

Quadro 4.3 Porcentagens alcançadas nas questões de agroecologia investigadas no IDCR.

Questões de Agroecologia												
Comunidade	Produtoras de Hortaliças						Não Produtoras de Hortaliças					
	Colônia Agrícola Veredas	Chapadinha	Betinho	Fazenda Larga	Colombo Cerqueira	Chácara 90	Nova Vitória	Recanto dos Buritis	Jibóia/Olhos d'água	Boqueirão	Sítio Novo	São Gonçalo
Agroecologia	5%	4%	2%	2%	2%	0%	17%	11%	9%	6%	1%	0%
Tem produção de base ecológica	2%	9%	5%	1%	3%	0%	27%	18%	11%	11%	0%	0%
Utiliza poucas variedades de insumos para plantio	11%	3%	3%	2%	2%	0%	23%	29%	8%	8%	11%	0%
Possui pequenos gastos com insumos externos	6%	2%	3%	2%	2%	0%	22%	27%	13%	5%	0%	0%
Faz compostagem	0%	5%	2%	0%	3%	0%	16%	5%	4%	6%	0%	0%
Faz biofertilizante	1%	4%	2%	2%	3%	0%	11%	8%	4%	0%	0%	0%
Usa semente própria	10%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	3%	6%	1%	0%	0%
Preparo do solo com pouca ou nenhuma máquina	4%	5%	1%	4%	0%	0%	25%	18%	13%	7%	0%	0%
Faz manejo correto da vegetação espontânea	2%	6%	1%	5%	3%	0%	8%	9%	17%	6%	0%	0%
Faz rotação de culturas	7%	7%	3%	6%	3%	0%	20%	8%	27%	11%	0%	0%
Utiliza práticas de quebra-vento	9%	6%	1%	3%	3%	0%	18%	5%	4%	7%	0%	0%
Utiliza práticas de adubação verde	0%	6%	2%	1%	3%	0%	23%	2%	0%	10%	0%	0%
Faz seleção de cultivares adaptáveis	3%	2%	1%	1%	2%	0%	7%	0%	9%	4%	0%	0%
Possui mais de 2 variedades de exploração	13%	5%	4%	3%	3%	0%	29%	28%	16%	9%	0%	0%
Faz consorciação	3%	4%	1%	3%	3%	0%	23%	6%	3%	4%	0%	0%
Faz integração nos sistemas de produção	0%	2%	0%	0%	2%	0%	16%	5%	3%	6%	0%	0%
Nível de produtividade na média ou acima da média	5%	3%	1%	4%	0%	0%	5%	8%	11%	1%	0%	0%

As comunidades que alcançaram as maiores porcentagens de agroecologia foram Nova Vitória, Recanto dos Buritis e Jibóia/Olhos d'água (não produtoras de hortaliças) com 17, 11 e 9%, respectivamente. O maior valor encontrado em Nova Vitória pode ser explicado pelo sistema de cultivo tradicional sem o uso de agroquímicos e em transição agroecológica, sendo que 27% das propriedades já possuem produção de base ecológica. Além disso, nesta comunidade é feita a PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável, que une a criação de animais com a produção vegetal. A PAIS é construída em formato circular, com um galinheiro na parte central e ao redor os canteiros, e utiliza insumos da própria propriedade em todo o processo produtivo.

Na comunidade Recanto dos Buritis, formada por agricultores familiares que produzem para subsistência, a produção de base ecológica é feita em 18% das propriedades, e 29% utilizam poucos insumos para plantio, 28% possuem mais de duas variedades de exploração e 27% têm pequenos gastos com insumos externos.

Em Jibóia/Olhos d'água 27% das propriedades realizam rotação de culturas e 17% fazem o manejo da vegetação espontânea de acordo com os princípios agroecológicos. Na comunidade Boqueirão, assim como em Jibóia/Olhos d'água, a produção de base ecológica é realizada em 11% das propriedades. No entanto, em Boqueirão apenas 11% das propriedades fazem rotação de culturas.

Os menores valores encontrados, entre as comunidades não produtoras de hortaliças, foram em Sítio Novo (1%) e São Gonçalo (0%). Entre as questões investigadas, Sítio Novo ficou com 0% em praticamente todas, alcançando 11% apenas em utilização de poucas variedades de insumos para plantio. Já em São Gonçalo não existe produção agroecológica, devido à produção convencional de grão com alto nível tecnológico e uso intenso de agroquímicos.

As comunidades produtoras de hortaliças apresentaram valores menores que 6%, sendo que Chácara 90 ficou com 0% de agroecologia. Os menores níveis de agroecologia das comunidades produtoras de hortaliças se devem, principalmente, à maior produção de hortaliças no sistema convencional.

Segundo a Emater (2011), os produtores agroecológicos de hortaliças no DF representam apenas 4% dos estabelecimentos, ocupando 143,6 hectares. E o cultivo convencional é praticado por 96% dos produtores, numa área de 6.992,89 hectares.

O quadro 4.4 apresenta o valor do IDCR das comunidades, juntamente com as porcentagens das seis dimensões que o compõem.

Quadro 4.4 Valor do IDCR e porcentagens das seis dimensões.

Comunidades		IDCR	Dimensões do IDCR					
			BEM ESTAR	CIDADANIA	ECONÔMICO	APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA	AGROECOLOGIA	AMBIENTAL
Produtoras de Hortaliças	Chapadinha	0,435	60%	44%	50%	41%	4%	50%
	Chácara 90	0,399	61%	39%	43%	42%	0%	42%
	Betinho	0,371	51%	47%	32%	33%	2%	48%
	Fazenda Larga	0,354	51%	47%	34%	27%	2%	38%
	Colombo Cerqueira	0,347	55%	36%	39%	16%	2%	45%
	Colônia Agrícola Veredas	0,337	53%	41%	35%	19%	5%	34%
Não Produtoras de Hortaliças	São Gonçalo	0,429	67%	34%	49%	44%	0%	50%
	Nova Vitória	0,408	53%	47%	49%	30%	17%	35%
	Sítio Novo	0,403	58%	56%	49%	23%	1%	34%
	Jibóia/Olhos d'água	0,395	54%	38%	41%	35%	9%	50%
	Recanto dos Buritis	0,358	51%	50%	37%	12%	11%	33%
	Boqueirão	0,349	50%	45%	35%	15%	6%	43%

As comunidades que tiveram melhor IDCR foram Chapadinha, São Gonçalo, Nova Vitória e Sítio Novo, com valores acima de 0,4. Apesar dos maiores valores, São Gonçalo,

Sítio Novo e Chapadinha apresentaram porcentagens muito baixas de agroecologia, devido à maior parte da produção no sistema convencional. Já os menores valores de IDCR foram encontrados nas comunidades Boqueirão, Colombo Cerqueira e Colônia Agrícola Veredas, as quais obtiveram valores abaixo de 0,35.

É possível observar que em todas as comunidades avaliadas a dimensão com menor porcentagem é a Agroecologia, evidenciando que estas comunidades desenvolvem pouca ou nenhuma prática agroecológica. A dimensão que teve as maiores porcentagens foi o Bem estar, com valores superiores a 50%.

As comunidades Nova Vitória e Recanto dos Buritis, que apresentaram os maiores valores de agroecologia, tiveram os índices da dimensão ambiental menores. Isto ocorreu, principalmente, devido à pequena diversidade de espécies vegetais e animais nas propriedades. Muitas comunidades com pequenas porcentagens de agroecologia apresentaram maiores valores na dimensão ambiental, devido ao maior acesso à água e às melhores características dos recursos hídricos.

Estes resultados indicam maiores desequilíbrios e vulnerabilidades na produção agroecológica e potencialidades nas outras dimensões, principalmente, bem estar.

5. CONCLUSÃO

As comunidades rurais analisadas são compostas, em sua maioria, por agricultores familiares, com produção para subsistência e/ou comercialização, sistema de cultivo convencional e níveis tecnológicos variados.

Foi observado que entre os dois grupos de comunidades analisados, as que não são produtoras de hortaliças tiveram as maiores porcentagens de agroecologia, porém tais valores não ultrapassaram 17%. Nas comunidades São Gonçalo e Chácara 90 o nível de agroecologia foi nulo, indicando que nenhum produtor desenvolve as práticas agroecológicas pesquisadas.

Ao comparar o valor alcançado no IDCR e a porcentagem de agroecologia, as comunidades com maiores valores de IDCR, em sua maioria, apresentaram baixos níveis de agroecologia. A agroecologia, quando comparada às outras cinco dimensões do IDCR, apresentou a menor porcentagem em todas as comunidades avaliadas.

Analisando todos os aspectos anteriormente abordados, percebe-se que as práticas agroecológicas ainda são pouco difundidas e executadas nas comunidades rurais avaliadas neste estudo. É preciso desenvolver políticas públicas para promover o desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios e fundamentos agroecológicos, atendendo às demandas dos consumidores, que estão cada vez mais preocupados com a saúde e com o risco da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agroquímicos, e por esta razão, estão exigindo alimentos com certificado de origem e qualidade comprovada.

Além disso, é necessário que os questionários do IDCR sejam aplicados de forma censitária, para gerar maior sensação de pertencimento e empoderamento dos membros da comunidade e para que esta ferramenta possa representar fielmente a realidade dessa população.

Atualmente não é possível avaliar a evolução agroecológica das comunidades, pois em todas as propriedades os questionários foram aplicados apenas uma vez, representando o Tempo Zero (T0). Seria fundamental aplicar novamente os questionários após 4 anos, representando um Tempo 1 (T1), para que se possa determinar a ocorrência de mudança para o modelo agroecológico durante o período entre T0 e T1. Além disso, é importante que sejam realizados mais estudos para avaliação e comparação das outras dimensões do IDCR e das diversas comunidades do DF, fornecendo um diagnóstico mais detalhado do desenvolvimento rural no DF.

O IDCR é uma ferramenta importante para diagnóstico das potencialidades e vulnerabilidades das comunidades, auxiliando os agentes de desenvolvimento rural na tomada de decisão e no planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia: Um Caminho Multidimensional para o Desenvolvimento Agrário Do Litoral Paranaense**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agronomia - Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília (DF), Abril de 2006. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/197>>. Acesso em 21/09/2011.

CAUMO, A. J. & STADUTO, J. A. R. **Agricultura Orgânica Sob uma Perspectiva de Gênero: Um Estudo da Região Oeste do Paraná**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

CHACON, S. S. **O Que é Desenvolvimento Sustentável? Definição da Sustentabilidade para Comunidades Rurais Carentes Através do Planejamento Participativo**. V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza/CE, 2000. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso_old/vcongresso99.pdf>. Acesso em 26/10/2011.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Tradução de *Our common future*. 1a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO : de acordo com a Resolução n. 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22- 12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: **a Agenda 21** / Organização das Nações Unidas. Brasília, DF : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada**. SEBRAE, 2005. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/material-de-consulta/artigos>>. Acesso em 10/10/2011.

DIAS, T. F. **Agricultura Convencional e Agricultura Ecológica: um debate sobre a sustentabilidade de um novo sistema agrícola**. II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006.

EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Relatório Diagnóstico da Comunidade Nova Vitória**. 2009. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00003394.pdf>>. Acesso em 15/11/2011.

EMATER-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Programa de Agroecologia**. Brasília, março de 2010. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00001808.pdf>>. Acesso em 06/10/2011.

EMATER-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Relatórios da Gerência de Programação e Orçamento, ano base 2010**. Brasília, junho de 2011.

FAVERO, E. & SARRIERA, J. C. **Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 12, n. 1, pp. 1-16, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Estudos e Pesquisas Geográficas número 2, Rio de Janeiro, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Estudos e Pesquisas Geográficas número 7, Rio de Janeiro, 2010.

JARA, C. J. & SOUTO, M. V. M. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília. IICA, 2001.

NOLL, H. H. **Social Indicators and Social Reporting -The international Experience**. In: Canadian Council on Social Development (ed.): Symposium on Measuring Well-being and Social Indicators. Final Report. Ottawa 1996.

ORSI, S. D. **IDCR: Um Instrumento de Empoderamento para Apoiar o Desenvolvimento do Espaço Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.emater.df.gov.br/sites/200/229/00001635.pdf>> Acesso em 08/08/2011.

PELINSKI, A. & GUERREIRO, E. **Os Benefícios da Agricultura Orgânica em Relação à Convencional: Ênfase em Produtos Seleccionados**. UEPG, Ponta Grossa, 12 (2): 49-72, dez. 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA J. E. **Indicadores de sustentabilidade**. Estudos avançados 24 (68), 2010.

WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S; FILIPPI, E.; RÜCKERT, A.; RAMBO, A.; RADOMSKY, G.; CONTERATO, M.; SPECHT, S. **Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104 - 127, jan./abr. 2010.

ANEXOS

Anexo A - Dimensões, temas e assuntos utilizados pela Emater-DF para compor o IDCR.

Dimensões	Temas	Assuntos
1- Bem-Estar	Água de Uso Doméstico	Acesso sustentável Proteção da fonte Forma de captação Análise e tratamento Forma de armazenamento Higiene do local de armazenamento
	Energia	Acesso e origem Tipo de energia
	Saneamento	Situação do banheiro Uso de caixa sanfonada Destino das águas servidas Destino do lixo Condição da moradia Tipo de construção
	Saúde	Acesso a programas de saúde Acesso a serviços de saúde
	Transporte	Condições das vias de acesso Possui transporte próprio Acesso a transporte coletivo Acesso a transporte escolar
	Capacitação	Acesso a eventos de capacitação
	Religião	Participa de alguma
	Lazer	Acesso a alguma forma de lazer
2- Cidadania	Documentação	Em ordem dos homens Em ordem das mulheres Em ordem dos filhos
	Inclusão Educacional	Se os filhos estão estudando
	Participação Social	Quantidade e frequência
3- Econômica	Sistemas de Produção	Número de explorações Aquisição de insumos Variedade produzida
	Nível de Renda	Renda líquida familiar Se necessita de ajuda de custo do Governo
	Sistemas de Comercialização	Fatores que influí na tomada de decisão Forma como é feita a comercialização
	Financiamento da Atividade	Origem da fonte de recursos
	Venda de Mão de obra	Quem vende mão de obra Se utiliza mão de obra de fora
4- Apropriação Tecnológica	Gestão Administrativa	Como faz o controle dos negócios
	Agricultura	Análise de solo Conservação do solo

		Correção do solo Uso de adubos Uso de semente certificada Tipo de irrigação Cultivo protegido Práticas de mecanização Produtividade das explorações
	Pecuária	Forma de alimentação dos animais Forma de mineralização dos animais Origem dos reprodutores Práticas sanitárias Produtividade das explorações
	Agregação de Valor	Higienização de hortaliças Tem área de seleção Embala ou processa alimentos Característica do transporte utilizado Produz algum tipo de artesanato
	Comercialização	Que tipo de informação utiliza
	Prestação de Serviços	Presta algum tipo de serviço
	Acesso a Assistência Técnica	Pública e privada
5- Agroecologia	Sistema de Produção Agroecológica	Práticas de produção de base ecológica Adquire insumo externo Faz compostagem e biofertilizante Uso de semente própria Seleção de resistência e produtividade Preparo de solo Manejo da vegetação espontânea Rotação, integração e consorciação de culturas Uso de quebra-ventos Prática de adubação verde Variedade de explorações existentes
6- Ambiental	Biodiversidade	Nível de produtividade Cobertura vegetal nativa Diversidade de espécies existente
	Conservação dos Recursos Naturais	Existência de erosões Forma de acesso e características dos recursos hídricos
	Uso e manejo de Agrotóxicos	Frequência de uso de agrotóxicos Uso de Equipamento de proteção individual Destino das embalagens de agrotóxicos
	Dejetos animais	Qual o destino
	Fogo	Utiliza na área da lavoura
	Função da Propriedade	Para que é utilizada
Fertilidade do solo	Níveis dos principais elementos	

Fonte: Emater-DF

Anexo B - Modelo de questionário do IDCR, utilizado pela Emater-DF.

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº	
ÁGUA *(1)	1 QUANTO A QUANTIDADE E ORIGEM DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	ABASTECE AS NECESSIDADES DO LAR DURANTE O ANO TODO	1	
		A FONTE DE ÁGUA NÃO É PROTEGIDA CONTRA CONTAMINAÇÕES EXTERNAS	2	
		É NASCENTE, CISTERNA, POÇO SEMI-ARTESIANO OU PROFUNDO	3	
		PROTEGIDA REDE DE ÁGUA TRATADA (PÚBLICA OU PRIVADA)	4	
	2 QUAL A FORMA DE CAPTAÇÃO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	POR GRAVIDADE	5	
		CARNEIRO HIDRÁULICO, RODA D'ÁGUA, EÓLICA OU USANDO ENERGIA PRÓPRIA	6	
		UTILIZANDO ENERGIA ELÉTRICA DA CEB	7	
		POR MOTOR ESTACIONÁRIO (COMBUSTÍVEL)	8	
	3 FEZANÁLISE DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR, NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?	NÃO	9	
		SIM	10	
	4 FAZ TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO	11	
		FAZ ATRAVÉS DO USO DE CARVÃO E/OU BRITA E/OU AREIA E/OU FILTRO	12	
		FAZ ATRAVÉS DO USO CONTÍNUO DE CLORO E OUTROS, OU A ÁGUA JÁ É TRATADA	13	
	5 COMO É FEITO O ARMAZENAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO É FEITO (marcar esta opção e ir para 7)	14	
		ATRAVÉS DE RECIPIENTE SEM COBERTURA	15	
		RESERVATÓRIO (FIBRA, AMIANTO, PLÁSTICO, etc) COM COBERTURA	16	
	6 LIMPA O LOCAL AONDE ARMAZENA ÁGUA DO LAR PELO MENOS ANUALMENTE?	NÃO FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO	17	
		FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO	18	
ENERGIA *(1)	7 A PROPRIEDADE TEM ENERGIA ELÉTRICA?	NÃO (ir para 10)	19	
		SIM	20	
	8 A ORIGEM DA ENERGIA ELÉTRICA É?	PRÓPRIA (GERAÇÃO PRÓPRIA- ÁGUA/EÓLICA, MOVENDO GERADOR)	21	
(GERAÇÃO PRÓPRIA - COMBUSTÍVEL, MOVENDO GERADOR)		22		
CONCESSIONÁRIA (CEB, CELG, ETC.)		23		
9 QUAL É O TIPO DE ENERGIA?	MONOFÁSICA	24		
	BIFÁSICA	25		
	TRIFÁSICA	26		
SANEAMENTO *(1)	10 SITUAÇÃO DO BANHEIRO?	NÃO EXISTE	27	
		ESTÁ LOCALIZADO DO LADO DE FORA DA CASA	28	
		ESTÁ LOCALIZADO DO LADO DE DENTRO DA CASA	29	
	11 TEM CAIXA SIFONADA?	NÃO EXISTE	30	
		EXISTE PARA AS ÁGUAS SERVIDAS DA COZINHA	31	
		EXISTE PARA AS ÁGUAS SERVIDAS DO BANHEIRO	32	
	12 QUAL O DESTINO DOS DEJETOS HUMANOS?	SÃO LANÇADOS A CÉU ABERTO	33	
		SÃO LANÇADOS NA FOSSA NEGRA OU SECA	34	
		SÃO LANÇADOS NA FOSSA SÉPTICA	35	
		SÃO LANÇADOS NO REATOR BIOLÓGICO / FOSSA ECOLÓGICA OU REDE PÚBLICA	36	
	13 QUAL O DESTINO DADO AO LIXO?	SEPARA	ORGÂNICO E SECO, E JOGA O SECO NOS ARREDORES	37
			ORGÂNICO E SECO; E QUEIMA O SECO	38
ORGÂNICO E SECO; E ENTERRA O SECO			39	
ORGÂNICO E SECO; E ENTREGA O SECO PARA COLETA PÚBLICA			40	
NÃO SEPARA		JOGA NOS ARREDORES	41	
		QUEIMA	42	
14 QUAL A CONDIÇÃO DE MORADIA?	DE FAVOR	45		
	CEDIDA	46		
	ALUGADA	47		
	PRÓPRIA	48		
15 QUAL O TIPO DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA?	LONA, ADOBE, BARRO E/OU PALHA	49		
	PAREDES DE MADEIRA	50		
	ALVENARIA, SEM PISO E SEM FORRO	51		
	ALVENARIA, REBOCADA, COM PISO E COM / SEM FORRO	52		
	ALVENARIA, REBOCADA, PINTADA, COM PISO E FORRADA	53		
SAÚDE *(1)	16 TEM ACESSO A PROGRAMAS DE SAÚDE PREVENTIVOS?	DE CÂNCER PARA HOMEM E / OU MULHER	54	
		DE ACOMPANHAMENTO DE PRÉ-NATAL	55	
		SAÚDE BUCAL	56	
		DST/AIDS	57	
		CAMPANHAS DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS, ADULTOS E IDOSOS	58	
17 TEM ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE?	HOSPITAL	59		
	POSTO DE SAÚDE	60		
	AMBULÂNCIA	61		
	ATENDIMENTO MÉDICO E/OU EQUIPE DE SAÚDE E/OU PARAMÉDICOS	62		
	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	63		
	ACESSO A MEDICAMENTO E CONTRACEPTIVOS	64		

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº	
TRANSPORTE *(1)	18 QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES DAS ESTRADAS DE ACESSO A SUA PROPRIEDADE?	PARTE DO ANO INTRAFEGÁVEL	65	
		TERRA OU PAVIMENTADA COM PROBLEMAS	66	
		TERRA OU PAVIMENTADA SEM PROBLEMAS	67	
		PAVIMENTADA SEM PROBLEMAS	68	
	19 QUAIS SÃO OS TRANSPORTES PRÓPRIOS QUE FAZ USO?	NÃO POSSUI	69	
		BICICLETA/CARROÇA/CAVALO	70	
		MOTO	71	
		CARRO, CAMIONETE, CAMINHÃO	72	
	20 O TRANSPORTE COLETIVO É SATISFATÓRIO?	NÃO	73	
		SIM	74	
	21 QUANTO A DIFICULDADE DE ACESSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL? Somente responder se tiver filhos que freqüentam o ensino fundamental	NÃO TEM ACESSO	75	
		É DIFÍCIL (FORA DA COMUNIDADE)	76	
		É NA COMUNIDADE E SEM TRANSPORTE	77	
		FÁCIL (DENTRO E/OU FORA DA COMUNIDADE)	COM TRANSPORTE SEM TRANSPORTE	78 79
	22 QUANTO A DIFICULDADE DE ACESSO PARA O ENSINO MÉDIO?	NÃO TEM ACESSO	80	
		É DIFÍCIL (FORA DA COMUNIDADE)	81	
		É NA COMUNIDADE E NÃO MUITO FÁCIL	82	
		É FÁCIL (DENTRO E/OU FORA DA COMUNIDADE)	83	
CA PA CIT. REL; LAZ *(1)	23 TEVE INFORMAÇÃO E PARTICIPOU DE CURSO REALIZADO POR ALGUMA INSTITUIÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES?	NÃO TEVE NENHUMA INFORMAÇÃO	84	
		TEVE INFORMAÇÃO E NÃO PARTICIPOU	85	
		TEVE INFORMAÇÃO E PARTICIPOU	86	
24 PRÁTICA ESPORTE, LAZER OU RELIGIÃO NA COMUNIDADE?	NÃO	87		
	SIM	88		
DOCUMENTAÇÃO PARTICIPAÇÃO Sociais *(2)	25 EXISTE ALGUM IDOSO; SE HOMEM (60 OU MAIS) / MULHER (55 OU MAIS) NA FAMÍLIA QUE AINDA NÃO ESTÁ APOSENTADO? (OBS: MARCAR A QUANTIDADE)	SIM	QTDE	89
		NÃO		90
	26 SE HOMEM ?	DIREITOS	TEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR HOMEM, IR PARA 27)	91
			COMPÕE UM CASAL E NÃO TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO	92
			TEM CARTEIRA DE IDENTIDADE	93
			TEM CPF	94
	DEVERES	VOTOU OU JUSTIFICOU SEU VOTO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO	95	
		TEM TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE QUE GERA RENDA COMPLEMENTAR	96	
		DECLARA IMPOSTO DE RENDA	97	
	27 SE MULHER ?	DIREITOS	TEM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR MULHER, IR PARA 28)	98
			COMPÕE UM CASAL E NÃO TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO	99
			TEM CARTEIRA DE IDENTIDADE	100
			TEM CPF	101
SE MÃE NOS ÚLTIMOS 5 ANOS FOI FAVORECIDA COM AUXÍLIO-MATERNIDADE?		SIM	102	
		NÃO	103	
DEVERES	VOTOU OU JUSTIFICOU SEU VOTO NA ÚLTIMA ELEIÇÃO	104		
28 SE OS FILHOS MAIORES QUE 16 ANOS?	DIREITOS	TÊM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR FILHOS > 16 ANOS, IR PARA 29)	107	
		COMPÕE UM CASAL E NÃO TEM CERTIDÃO DE CASAMENTO	108	
		TÊM CARTEIRA DE IDENTIDADE	109	
		TEM CPF	110	
DEVERES	QUANTOS FILHOS > 17 ANOS AINDA NÃO FIZERAM O ALISTAMENTO MILITAR	111		
	NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES, SE TINHA A OBRIGAÇÃO, VOTOU OU JUSTIFICOU	112		
	TEM TRABALHO FORA DA PROPRIEDADE QUE GERA RENDA COMPLEMENTAR	113		
	ESTÃO ESTUDANDO	ALGUNS	114	
		TODOS	115	
NENHUM	116			
29 SE OS FILHOS MENORES QUE 16 ANOS?	TÊM CERTIDÃO DE NASCIMENTO (SE NÃO EXISTIR FILHOS<16, IR PARA 30)	117		
	TÊM CARTEIRA DE IDENTIDADE	118		
	ESTÃO ESTUDANDO	ALGUNS	119	
		TODOS	120	
		NENHUM	121	
30 SE TODOS TRABALHADORES ASSÍDUOS DA PROPRIEDADE, QUE NÃO SÃO DA FAMÍLIA, TÊM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA?	NÃO TEM TRABALHADORES (IR PARA A PRÓXIMA PERGUNTA)	122		
	SIM	123		
	NÃO	124		
31 PARTICIPA OU PARTICIPOU (MULHER, JOVEM, IDOSO, TRABALHADOR OU PRODUTOR) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS DE:	GRUPO DE COMPRA, OU VENDA, OU MUTIRÃO, OU ARTESANATO, OU OUTROS	125		
	ASSOCIAÇÃO OU SINDICATO	126		
	COOPERATIVA	127		
	CONSELHOS	128		
	REUNIÕES DE DECISÃO SOBRE ALGUM PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	129		
	REUNIÕES PARA DEFINIR A APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	130		
	DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO	131		

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº	
3 2	QUANTAS VEZES ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA PARTICIPA DE REUNIÕES NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, ANUALMENTE?	NÃO PARTICIPA	132	
		ATÉ TRÊS VEZES	133	
		ACIMA DE TRÊS VEZES	134	
3 3	QUANTAS EXPLORAÇÕES (DE CULTIVO E DE CRIAÇÕES) EXISTEM NA PROPRIEDADE COM A FINALIDADE DE GERAR RENDA?	NENHUMA	135	
		ATÉ DUAS	136	
		DE TRÊS A CINCO	137	
		MAIS DE CINCO	138	
3 4	QUAL A RENDA LÍQUIDA MENSAL FAMILIAR NESTA UNIDADE PRODUTIVA QUE É ESTIMADA POR PESSOA?	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO	139	
		DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	140	
		DE 2 A 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	141	
		MAIS DE 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	142	
3 5	QUAIS DESTES INSUMOS SÃO COMPRADOS?	FERTILIZANTES QUÍMICOS	143	
		FERTILIZANTES ORGÂNICOS	144	
		SEMENTES	145	
3 6	QUANTO AOS FATORES QUE INFLUENCIAM NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS?	SABE O CUSTO EXATO DO SEU PRODUTO QUE ESTÁ SENDO COMERCIALIZADO?	146	
		PADRONIZA E CLASSIFICA SEUS PRODUTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO?	147	
3 7	DE QUE FORMA É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DA SUA PRODUÇÃO? O QUE PREVALECE	INDIVIDUAL	PARA INTERMEDIÁRIOS	148
			DIRETO AO CONSUMIDOR	149
			MERCADO INSTITUCIONAL	150
			PARA INTEGRADORA	151
		COLETIVA	PARA INTERMEDIÁRIOS	152
			DIRETO AO CONSUMIDOR	153
3 8	QUANTAS VARIEDADES DE ALIMENTOS (hortaliças, frutas, grãos, ovos, leite, carne) SÃO PRODUZIDAS NA UNIDADE PRODUTIVA PARA ALIMENTAR A FAMÍLIA?	NENHUMA	156	
		DE 1 A 2 DESSAS VARIEDADES	157	
		MAIS DE 3 A 4 DESSAS VARIEDADES	158	
		MAIS DE 4 DESSAS VARIEDADES	159	
			160	
3 9	QUAL A ORIGEM PRINCIPAL DA FONTE DE RECURSOS QUE FINANCIA A SUA PRODUÇÃO?	DE REVENDEDORES DE INSUMOS	161	
		DE OUTRAS FONTES	162	
		DE PROGRAMAS OFICIAIS	163	
		PRÓPRIA	164	
4 0	QUEM DA FAMÍLIA TRABALHA FORA DA UNIDADE PRODUTIVA PELO MENOS 3 MESES POR ANO?	MARIDO	SIM	164
			NÃO	165
		ESPOSA	SIM	166
			NÃO	167
		FILHOS > DE 14 ANOS	SIM	168
			NÃO	169
4 1	UTILIZA MÃO-DE-OBRA EXTERNA PARA ALGUMAS ATIVIDADES NA PROPRIEDADE?	NÃO	170	
		ESPORADICAMENTE (DE 1 A 4 VEZES POR ANO)	171	
		FREQUENTEMENTE (OU MAIS DE 4 VEZES AO ANO)	172	
4 2	A FAMÍLIA TEM NECESSIDADE DE RECEBER ALGUMA AJUDA DE CUSTO DO GOVERNO? (BOLSA, VALES DE POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS, ETC.)	NÃO (VAI PARA A PRÓXIMA PERGUNTA)		173
		SIM	E NÃO RECEBE	174
			E RECEBE MENOS DE 1/2 SALÁRIOS MÍNIMOS PER CAPITA	175
			E RECEBE MAIS DE 1/2 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPTA	176
4 3	DE QUE FORMA FAZ CONTROLE DOS NEGÓCIOS DA SUA PROPRIEDADE?	NÃO FAZ CONTROLE DO CUSTO DA SUA PRODUÇÃO	177	
		FAZ COM POUCAS ANOTAÇÕES	178	
		FAZ COM ANOTAÇÕES DOS CUSTOS DA PRODUÇÃO E ATÉ DA VENDA	179	
		FAZ CONTROLE E UTILIZA A INFORMÁTICA PARA TOMADA DE DECISÃO	180	
4 4	FAZ ALGUM TIPO DE CONSERVAÇÃO DE SOLO?	NUNCA FEZ NEHUMA PRÁTICA, MESMO NECESSITANDO	181	
		FAZ DE VEZ EM QUANDO	182	
		FAZ SEMPRE QUE NECESSÁRIO OU NÃO NECESSITA FAZER	183	
4 5	FAZ ANÁLISE DE SOLO?	NÃO FAZ	184	
		FAZ DE VEZ EM QUANDO	185	
		FAZ SEMPRE QUE NECESSÁRIO	186	
4 6	FEZ CORREÇÃO DE SOLO COM CALCÁRIO?	HÁ PELO MENOS 1 ANO	187	
		HÁ PELO MENOS 3 ANOS	188	
		HÁ MAIS DE TRÊS ANOS OU NUNCA FEZ	189	
4 7	UTILIZA ADUBAÇÃO QUÍMICA (NPK) NO SOLO?	NÃO	190	
		DE VEZ EM QUANDO	191	
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO	192	
4 8	UTILIZA ADUBAÇÃO DE MICRONUTRIENTES DO SOLO?	NÃO FAZ	193	
		DE VEZ EM QUANDO	194	
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO	195	
4 9	USA SEMENTE CERTIFICADA OU SELECIONADA?	NÃO	196	
		DE VEZ EM QUANDO	197	
		SEMPRE QUE NECESSÁRIO	198	

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº		
50	QUAL O TIPO DE IRRIGAÇÃO QUE PREVALECE NA PROPRIEDADE?	NÃO USA	199		
		SULCO	200		
		PIVÔ CENTRAL, ASPERSÃO CANHÃO OU AUTO PROPELIDO	201		
		ASPERSÃO CONVENCIONAL	202		
		MICRO-ASPERSÃO	203		
	GOTEJAMENTO	204			
	51	QUAL A PRÁTICA DE CULTIVO PROTEGIDO QUE PREVALECE NA PROPRIEDADE?	NÃO USA	205	
			USA MULCHING	206	
			USA TÚNEL	207	
			USA ESTUFA	208	
	52	QUAIS AS PRÁTICAS DE MECANIZAÇÃO QUE PREVALECEM NA PROPRIEDADE?	NUNCA USOU	209	
			SÓ ARA	210	
			ARA E GRADEIA	211	
			SÓ GRADEIA	212	
			USA ENXADA ROTATIVA	213	
USA SUBSOLADOR	214				
53	A PRODUTIVIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COM MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA PARA A FAMÍLIA ESTÁ EM QUE NÍVEL?(VER TABELA DO IPA AGRÍCOLA DA UL)	NÃO PRODUZ	215		
		ABAIXO DA MÉDIA	216		
		MÉDIA	217		
		ACIMA DA MÉDIA	218		
Tecnologia/p/produção animal*(4)	54	QUAL A FORMA DE ALIMENTAÇÃO DOS BOVINOS, CAPRINOS, OVINOS, EQUINOS?	NÃO TEM NENHUM DESTES ANIMAIS	219	
			SOMENTE A PASTO COM PASTAGEM DEGRADADA	220	
			SOMENTE A PASTO COM PASTAGEM NÃO DEGRADADA	221	
			A PASTO MAIS SUPLEMENTAÇÃO FORRAGEIRA	222	
			A PASTO MAIS SUPLEMENTAÇÃO FORRAGEIRA E USA CONCENTRADO	223	
	55	55	COMO É FEITA A MINERALIZAÇÃO DO REBANHO?	NÃO TEM ANIMAIS QUE NECESSITAM DE MINERALIZAÇÃO	224
				NÃO FAZ OU SÓ UTILIZA SAL BRANCO	225
				USA MISTURA DE SAL BRANCO COM FONTE DE FÓSFORO E DE CÁLCIO	226
				USA MISTURA COMPLETA DE SAL MINERAL/PROTEINADO SEM ASSIDUIDADE	227
	USA MISTURA DE SAL MINERAL/PROTEINADO COM ASSIDUIDADE	228			
	56	56	COMO É FEITA A ALIMENTAÇÃO DE SUÍNOS E AVES?	NÃO TEM ESTES ANIMAIS	229
				USA SOMENTE MILHO E/OU OUTRO ALIMENTO ENERGÉTICO	230
				USA RAÇÃO BALANCEADA ABAIXO DAS NECESSIDADES DOS ANIMAIS	231
	USA RAÇÃO BALANCEADA PARA AS NECESSIDADES DOS ANIMAIS	232			
	57	57	QUAL A ORIGEM DOS REPRODUTORES?	USA REPRODUTORES E MATRIZES DE SELEÇÃO DO PRÓPRIO REBANHO	233
USA REPRODUTORES E/OU MATRIZES ADQUIRIDOS SEM REGISTRO				234	
USA REPRODUTORES/MATRIZES ADQUIRIDOS COM REGISTRO				235	
58	58	QUAIS SÃO AS PRÁTICAS QUE UTILIZA PARA EVITAR DOENÇAS?	NÃO UTILIZA PRÁTICA SANITÁRIA DE CONTROLE PREVENTIVO	236	
			USA SOMENTE VACINAS OBRIGATÓRIAS E VERMIFUGAÇÕES ESPORÁDICAS	237	
			SEGUE EM PARTE O CALENDÁRIO PROFILÁTICO MAIS AS VACINAS OBRIGATÓRIAS	238	
SEGUE CORRETAMENTE O CALENDÁRIO PROFILÁTICO	239				
59	59	QUANTO A PRODUTIVIDADE DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA COM MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA?(VER TABELA DO IPA ANIMAL DA UL)	NÃO TEM EXPLORAÇÃO	240	
			ABAIXO DA MÉDIA	241	
			MÉDIA	242	
			ACIMA DA MÉDIA	243	
AGROINDÚSTRIA*(4)	60	60	PARA COMERCIALIZAR AS HORTALIÇAS É FEITA HIGIENIZAÇÃO E/OU SANITIZAÇÃO?	NÃO	244
			FAZ	245	
	61	61	EXISTE ÁREA DE SELEÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DA PRODUÇÃO?	NÃO OU DESCOBERTO	246
				SIM COBERTO	247
	62	62	EMBALA OU FAZ ALGUM PROCESSAMENTO DE PRODUTO AGROPECUÁRIO PARA VENDER?	NÃO FAZ	248
				FAZ INFORMALMENTE	249
TEM AGROINDÚSTRIA REGULARIZADA				250	
63	63	QUAL O TRANSPORTE UTILIZADO PARA COMERCIALIZAR OS PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS?	SEM COBERTURA	251	
			SOMENTE COBERTO	252	
			FECHADO E REFRIGERADO	253	
PRESTAÇÃO DE	64	64	FAZ E VENDE ALGUM TIPO DE ARTESANATO?	NÃO FAZ E NÃO TEM HABILIDADE	254
			FAZ / VENDE ESPORADICAMENTE E TEM HABILIDADE	255	
			FAZ / VENDE ESPORADICAMENTE DE FORMA PROFISSIONAL	256	
			FAZ / VENDE SEMPRE PROFISSIONALMENTE	257	
	65	65	QUANTO A INFORMAÇÃO PARA COMERCIALIZAR OS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PRODUZIDOS NA PROPRIEDADE?	COMERCIALIZA POUCO A SUA PRODUÇÃO	258
NÃO TEM ACESSO A INFORMAÇÃO DOS PREÇOS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO				259	
TEM ACESSO A INFORMAÇÃO DOS PREÇOS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PRATICADOS NA REGIÃO SEM UM PROJETO ESPECÍFICO DE COMERCIALIZAÇÃO				260	
UTILIZA-SE DE DIVERSAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA ELABORAR O SEU PROJETO DE PRODUÇÃO COM ENFOQUE NA COMERCIALIZAÇÃO	261				

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº	
S R V I C O S *(4)	6 6	FAZ ALGUM TIPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TURISMO RURAL?	NÃO FAZ NENHUMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NESTE RAMO	262
			FAZ ESPORADICAMENTE DE FORMA AMADORA	263
			FAZ ESPORADICAMENTE DE FORMA PROFISSIONAL	264
			FAZ SEMPRE PROFISSIONALMENTE	265
	6 7	TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA OFERTADA PELO GOVERNO TAL COMO EMATER, UNIVERSIDADE PÚBLICAS, EMBRAPA E OUTRAS?	NÃO TEM	266
			ATÉ UMA VEZ POR ANO	267
			ATÉ DUAS VEZES POR ANO	268
			ATÉ QUATRO VEZES POR ANO	269
	6 8	TEM ACESSO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRIVADA OFERECIDA PELOS VENDEDORES DE INSUMO, PROFISSIONAIS, SEBRAE, COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES, INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA?	NÃO TEM	271
			ATÉ UMA VEZ POR ANO	272
			ATÉ DUAS VEZES POR ANO	273
			ATÉ QUATRO VEZES POR ANO	274
A G R O E C O L O G I A *(5)	6 9	DESENVOLVE ALGUMAS PRÁTICAS DE PRODUÇÃO DE BASE ECOLÓGICA? NÃO NECESSITA SER AGRICULTOR ORGÂNICO	NÃO	276
			SIM (segue abaixo as demais perguntas sobre agroecologia)	277
	7 0	ATÉ QUANTAS VARIEDADES DE INSUMOS EXTERNOS (fertilizantes, defensivos) SÃO UTILIZADAS POR PLANTIO?	NENHUMA	278
			ATÉ 2	279
			DE 3 A 4	280
			MAIS DE 4	281
	7 1	QUAL A PORCENTAGEM EM VALORES (ESTIMADA) QUE É GASTO DE INSUMOS EXTERNOS NA PRODUÇÃO?	NENHUMA	282
			ATÉ 10 %	283
			DE 10 A 20%	284
			MAIS QUE 20 %	285
	7 2	FAZ COMPOSTAGEM?	DESCONHEÇO	286
			NÃO FAZ	287
			FAZ OCASIONALMENTE	288
			FAZ FREQUENTEMENTE	289
	7 3	FAZ BIOFERTILIZANTE?	DESCONHEÇO	290
			NÃO FAZ	291
			FAZ OCASIONALMENTE	292
			FAZ FREQUENTEMENTE	293
	7 4	QUAL O PERCENTUAL DE SEMENTE UTILIZADA QUE É PRODUZIDA NA PROPRIEDADE?	DE 1 A 15 %	294
			DE 15 A 30 %	295
			DE 30 A 50%	296
			MAIOR QUE 50%	297
	7 5	COMO É FEITO O PREPARO DO SOLO?	ACIMA DE 3 PASSAGENS DE MÁQUINAS	298
			USA MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA PREPARO DO SOLO DE 1 A 3 VEZES	299
			UTILIZA A PRÁTICA DE CULTIVO MÍNIMO, PLANTIO DIRETO OU CANTEIROS FIXOS	300
	7 6	COMO É FEITO O MANEJO DA VEGETAÇÃO ESPONTÂNEA?	CAPINA TUDO	301
			TEM MATO, MAS NÃO MANEJA CORRETAMENTE	302
			TEM MATO E MANEJA CORRETAMENTE COM A CULTURA	303
	7 7	COMO É FEITA A ROTAÇÃO DE CULTURAS?	NÃO FAZ	304
			FAZ EM DESACORDO COM OS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS	305
			FAZ DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS ECOLÓGICOS	306
	7 8	UTILIZA A PRÁTICA DE QUEBRA-VENTO?	NÃO TEM	307
			SOMENTE NAS DIVISAS DA PROPRIEDADE	308
SÓ INTERNAMENTE			309	
NAS DIVISAS E INTERNAMENTE			310	
7 9	UTILIZA A PRÁTICA DE ADUBAÇÃO VERDE?	NÃO USA	311	
		USA RARAMENTE	312	
		USA FREQUENTEMENTE ATÉ 3 ESPÉCIES DE PLANTAS	313	
		USA FREQUENTEMENTE COM MAIS DE 3 PLANTAS DIFERENTES	314	
8 0	FAZ SELEÇÃO PARA RESISTÊNCIA, PRODUTIVIDADE E ADAPTAÇÃO AO SISTEMA DE BASE ECOLÓGICA DE PLANTAS E/OU ANIMAIS?	NÃO FAZ	315	
		ATÉ 25% DAS ESPÉCIES	316	
		DE 25 A 50 % DAS ESPÉCIES	317	
		MAIS DE 50% DAS ESPÉCIES	318	
8 1	QUANTO A DIVERSIDADE, QUANTAS VARIEDADES DE EXPLORAÇÕES EXISTEM NO SISTEMA DE PRODUÇÃO?	MENOS QUE DUAS	319	
		DE 2 A 4 EXPLORAÇÕES	320	
		MAIOR QUE 4 EXPLORAÇÕES	321	
8 2	FAZ CONSORCIAÇÃO?	NÃO FAZ	322	
		FAZ CONSÓRCIO SIMPLES DE ATÉ 2 CULTURAS	323	
		FAZ CONSÓRCIO MÚLTIPLO COM MAIS DE 3 CULTURAS	324	
		FAZ SISTEMAS AGROFLORESTAIS	325	
8 3	FAZ INTEGRAÇÃO NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO?	SOMENTE AGRICULTURA OU SOMENTE PECUÁRIA	326	
		INTEGRA AGRICULTURA E PECUÁRIA EM ESPAÇOS DIFERENTES	327	
		POSSUI SISTEMAS AGROSILVIPASTORIS	328	
8 4	QUAL O NÍVEL DE PRODUTIVIDADE PARA A PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA DESTA PROPRIEDADE(ver tabela IPA Orgânicos da UL)	ABAIXO DA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	329	
		NA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	330	
		ACIMA DA MÉDIA REGIONAL PARA AS 3 MAIORES EXPLORAÇÕES	331	

Item	QUESTÕES	RESPOSTAS	Nº	
85	A COBERTURA VEGETAL NATIVA OCUPA QUE PERCENTUAL DA PROPRIEDADE?	<10	332	
		10 A 20%	333	
		>20%	334	
86	QUAL A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES VEGETAIS NA ÁREA DA LAVOURA (cultivadas ou inços)?	ATÉ 2 ESPÉCIES	335	
		7 ESPÉCIES	336	
		15 ESPÉCIES	337	
87	QUAL A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES VEGETAIS NA PROPRIEDADE FORA DA LAVOURA?	ATÉ 10 ESPÉCIES	338	
		25 ESPÉCIES	339	
		50 ESPÉCIES	340	
88	QUANTO A DIVERSIDADE DE ESPÉCIES ANIMAIS?	ATÉ 10 ESPÉCIES	341	
		25 ESPÉCIES	342	
		50 ESPÉCIES	343	
89	EXISTE ALGUMA EROSIÃO APARENTE?	NÃO EXISTE	344	
		MODERAMENTE APARENTE	345	
		SULCOS	346	
		VOÇOROCA	347	
90	QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS DOS RECURSOS HÍDRICOS DISPONÍVEIS NA PROPRIEDADE?	ODOR	RUIM	348
			REGULAR	349
			BOA	350
		SABOR	RUIM	351
			REGULAR	352
			BOA	353
91	COMO SE DÁ ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS?	COM EXTREMA DIFICULDADE DE ABASTECIMENTO	354	
		INDEPENDENTE EM APENAS 6 MESES	355	
		TOTALMENTE INDEPENDENTE, SEM ATENDER AS NECESSIDADES	356	
		TOTALMENTE INDEPENDENTE, ATENDENDO AS NECESSIDADES	357	
92	UTILIZA AGROTÓXICO?	NÃO UTILIZA (ir para pergunta de número 97)	358	
		UTILIZA EM ATÉ 25% DA ÁREA DA PROPRIEDADE	359	
		UTILIZA EM ATÉ 50% DA ÁREA	360	
		UTILIZA EM ATÉ 75% DA ÁREA	361	
		UTILIZA EM MAIS DE 75% DA ÁREA	362	
93	COM QUE FREQUENCIA UTILIZA O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)?	NUNCA (ir para pergunta de número 95)	363	
		ÀS VEZES	364	
		SEMPRE	365	
94	O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL UTILIZADO É?	COMPLETO	366	
		INCOMPLETO	367	
95	FAZ A TRÍPLICE LAVAGEM DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS?	NÃO	368	
		SIM	369	
96	QUAL O DESTINO QUE É DADO AS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS?	INCERTO	370	
		DEPÓSITO DE LIXO COMUNITÁRIO	371	
		QUEIMA	372	
		DEVOLUÇÃO NAS REVENDAS OU NAS CAMPANHAS	373	
97	O DESTINO DADO AOS DEJETOS DOS ANIMAIS ESTÁ ADEQUADO?	SIM	374	
		NÃO	375	
98	UTILIZA O FOGO PARA LIMPEZA DE ÁREA ?	NÃO	376	
		SIM	377	
99	FUNÇÃO DA PROPRIEDADE?	PRODUÇÃO	378	
		MORADIA	379	
		LAZER	380	
		PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	381	
		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	382	
		MATÉRIA ORGÂNICA (3,5%)	383	
100	OS ÍNDICES DE FERTILIDADE DO SOLO ESTÃO IGUAIS OU MELHORES QUE OS INDICADOS NA PRÓXIMA COLUNA? (O técnico local deve levar em conta as especificidades de cada comunidade para uma melhor avaliação)	FÓSFORO (de 30 mg/dm3)	384	
		CTC (Ca + Mg + K = 75%)	385	
		V% SATURAÇÃO DE BASE (V%50)	386	
		RELAÇÃO (Ca-Mg - de 3:1)	387	
		PH (6,0)	388	
		POTÁSSIO (90 mg/dm3)	389	
101	UTILIZA A APP PARA FINS AGROPECUÁRIOS?	NÃO	390	
		SIM	391	
102	TEM ÁREA DE RESERVA LEGAL AVERBADA?	SIM	392	
		NÃO	393	
103	RESPEITA A PRESERVAÇÃO DAS MARGENS DOS RIOS, CÓRREGOS, NASCENTES E MORRO (APP)?	SIM	394	
		NÃO	395	

* (1)- BEM ESTAR; (2)-CIDADANIA; (3)-ECONÔMICO; (4)-APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA; (5)-AGROECOLOGIA; (6)-AMBIENTAL